

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.546.587 - PR (2019/0210362-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **VALDECIR WAGNER**  
**ADVOGADO** : **IVERALDO NEVES - PR053697**  
**AGRAVANTE** : **EDSON CLAUMANN**  
**ADVOGADO** : **JULIANA FABYULA ZANELLA CLAUMANN - PR048210**  
**AGRAVADO** : **T. S. DUARTE MAGALHAES - COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI**  
**AGRAVADO** : **IVAN BEIRA MAGALHAES**  
**ADVOGADO** : **IJAIR VAMERLATTI - PR014928**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL E DE SÚMULA. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação indenizatória, fundada no direito à reparação dos danos decorrentes de acidente automobilístico causado na condução de veículo sem nenhum tipo de sinalização traseira e em discordância com a legislação de trânsito.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
7. A incidência da Súmula 7/STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
8. Agravo em recurso especial conhecido. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

### **DECISÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por **VALDECIR WAGNER (primeiro agravante)** contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 15/04/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 21/08/2019.

**Ações:** indenizatórias, ajuizadas por IVAN BEIRA MAGALHÃES e por T. S. DUARTE MAGALHÃES COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI, em face de VALDECIR WAGNER e de EDSON CLAUMANN, fundada no direito à reparação dos danos decorrentes de acidente causado por VALDECIR, ao conduzir veículo de propriedade de EDSON sem nenhum tipo de sinalização traseira e em discordância com a legislação de trânsito.

**Sentença:** julgou parcialmente procedente os pedidos, nos seguintes termos (e-STJ, fl. 787/788):

Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial, para o fim de condenar os requeridos, solidariamente, ao pagamento:

a. Da quantia de R\$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais), a título de danos materiais, ao requerente TS Duarte Magalhães atualizados monetariamente pela média INPC-IGP-DI a partir do desembolso pelo autor (Súmula 43, STJ) e acrescidos de juros de mora de 1% a partir do a partir do evento danoso (Súmula 54, STJ);

b. Da quantia de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a título de danos morais, corrigidos monetariamente pela média INPC-IGP-DI a partir da presente data e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da presente fixação;

c. Da quantia de R\$ 50.000,00 a título de danos estéticos, c corrigidos monetariamente pela média INPC-IGP-DI a partir da presente data e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da presente fixação;

d. Danos materiais, consistentes no pensionamento mensal em favor do autor, até a data em que este complete 65 anos, no valor de 1,26 do salário mínimo nacional, devidos a partir do evento danoso, devendo as parcelas pretéritas serem atualizadas monetariamente pela média INPC e IGP-DI e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês desde o evento danoso (Súmula 43, STJ) até o efetivo pagamento.

# *Superior Tribunal de Justiça*

**Acórdão:** deu parcial provimento às apelações interpostas por IVAN e por EDSON e à apelação adesiva interposta por VALDECIR, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÕES CÍVEIS E APELAÇÃO ADESIVA.  
RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA.

APELAÇÃO 1 DO AUTOR. – GRATUIDADE DA JUSTIÇA. BENEFÍCIO CONCEDIDO EM PRIMEIRO GRAU. AUSÊNCIA DE INTERESSE. NÃO CONHECIMENTO. – INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E POR DANO ESTÉTICO. ARBITRAMENTO COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MAJORAÇÃO INDEVIDA. – INVALIDEZ PERMANENTE. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. PENSÃO VITALÍCIA. – CÁLCULO DA PENSÃO. SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE AO TEMPO DO FATO. EMPREGO DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NA DATA DE CADA PRESTAÇÃO MENSAL. – AÇÕES CONEXAS. POSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO. CONJUNTO DA SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. INCIDÊNCIA SOBRE AS PRESTAÇÕES VENCIDAS E 12 PRESTRAÇÕES VINCENDAS.

APELAÇÃO 2 DO RÉU. - DESCONTO DO SEGURO DPVAT. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. - LEGITIMIDADE PASSIVA. APLICAÇÃO DA TEORIA DA ASSERTÇÃO. PRELIMINAR REJEITADA. - TRATOR ACOPLADO COM CARRETA. TRÂNSITO EM RODOVIA. HORÁRIO NOTURNO. AUSÊNCIA DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO REFLEXIVA. CULPA PELO ACIDENTE CARACTERIZADA. - EXCESSO DE VELOCIDADE DA VÍTIMA NÃO DEMONSTRADO. INOCORRÊNCIA DE CULPA EXCLUSIVA OU CONCORRENTE. - RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR PELO DANO CAUSADO PELO EMPREGADO. ACESSO AO VEÍCULO EM RAZÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CASO FORTUITO NÃO CONFIGURADO. RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO PELA GUARDA DO VEÍCULO. - CAMIONETA. DANO MATERIAL. RECIBO DE PEÇAS EM NOME DA VÍTIMA. MARIDO DA SÓCIA ADMINISTRADORA DA EMPRESA. PROVA DOCUMENTAL VÁLIDA. - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E POR DANO ESTÉTICO. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DOS VALORES REJEITADA. - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO GRAU DE INVALIDEZ. ADOÇÃO DE TABELA DA SUSEP. – PENSÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO COMPENSAÇÃO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

APELAÇÃO ADESIVA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS PROCESSUAIS SEM PREJUÍZO DO SUSTENTO PRÓPRIO E FAMILIAR COMPROVADA. DIREITO AO BENEFÍCIO DEMONSTRADO. – PENSÃO. CÁLCULO PELO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NA DATA DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. EMPREGO DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NA DATA DO ACIDENTE COM SUAS POSTERIORES ATUALIZAÇÕES. – CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA A PARTIR DOS RESPECTIVOS VENCIMENTOS. – PENSÃO VITALÍCIA. NÃO INTERRUPTÃO DE PAGAMENTO COM A APOSENTADORIA.

RECURSO DE APELAÇÃO 01 PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. – RECURSO DE APELAÇÃO 02 PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

- A gratuidade da justiça concedida em primeiro grau de jurisdição estende-se para as demais fases do processo, não havendo interesse em se postular novamente o benefício em recurso de apelação.

- A compensação do dano moral e do dano estético, de um lado deve proporcionar um conforto ao ofendido que amenize o mal experimentado e, de outro, deve servir como uma forma de desestimular a reiteração dos mesmos atos pelo ofensor, que justifica a manutenção dos valores arbitrados na sentença de R\$ 40.000,00 para o primeiro e de R\$ 50.000,00 para o segundo.

- É devida pensão vitalícia à vítima em caso de invalidez permanente.

- Para fim de cálculo da pensão deve ser considerado o valor do salário mínimo vigente na data do acidente com suas posteriores atualizações.

- Não havendo conflito de interesses entre os autores das ações conexas, deve ser permitido que o cumprimento da sentença seja processado em procedimento único.

- Na ação de indenização por ato ilícito contra a pessoa, o percentual de honorários advocatícios incidirá sobre a soma das prestações vencidas e de 12 prestações vincendas.

- Não se conhece do pedido de compensação do seguro DPVAT por constituir inovação recursal.

- Nos termos da teoria da asserção, o empregador possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda em que se busca indenização pelo dano causado pelo empregado.

- Age com culpa o motorista que trafega com trator e carreta acoplada, ambos sem sistema de iluminação, em rodovia no horário noturno.

- Tendo em vista que o empregado teve acesso ao veículo em razão da relação de emprego, o empregador responde solidária e objetivamente pelo dano causado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

- Ausente a prova de que a vítima dirigia sua camioneta com excesso de velocidade, não se configuram as hipóteses culpa exclusiva ou concorrente.

- Admite-se como prova do dano material da camioneta o recibo emitido em nome do marido da sócia administradora da empresa proprietária do veículo.

- É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.

- Em caso de invalidez parcial a indenização dever ser proporcional ao grau de incapacidade.

- A pensão por invalidez permanente decorrente de ato ilícito é cumulável com a pensão previdenciária em razão das verbas possuírem natureza jurídica distintas.

- Como a incapacidade é permanente, a obrigação de pagar pensão não cessa com a aposentadoria da vítima. O cálculo da pensão deve ser feito de acordo com o salário mínimo vigente na data de cada uma das prestações. Os juros de mora e a correção monetária devem incidir a partir do vencimento de cada uma das prestações mensais.

**Embargos de declaração:** opostos por EDSON e por VALDECIR, foram rejeitados.

**Recurso especial de VALDECIR WAGNER:** alega violação do art. 93, IX, da CF/88, dos arts. 11, 373, I e II, 489, II, III, §1º, I, II, IV e VI, e 1.022, do CPC/15, dos arts. 28, 29, 34 e 192, do CTB e dos arts. 186, 927 e 945, do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial.

Além da negativa de prestação jurisdicional, sustenta que não teria culpa exclusiva pelo acidente, visto que IVAN trafegava atrás, sem manter distância segura do veículo da frente e em alta velocidade. Defende que nos casos de colisão traseira haveria a presunção de culpa do motorista do veículo de trás. Assim, aduz que IVAN seria o único culpado pelo acidente e ele não teria demonstrado fato constitutivo do seu direito.

Requer a concessão da gratuidade da justiça.

**É O RELATÓRIO. DECIDO.**

**- Julgamento: CPC/15**

**- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula**

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

**- Da violação do art. 1.022 do CPC/15**

A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.

É importante ressaltar que não basta a simples referência à oposição de embargos de declaração supostamente não analisados devidamente pelo Tribunal de origem, e sim destacar de maneira clara e objetiva quais as questões que não foram objeto de discussão e restaram, portanto, omissas.

Desse modo, ante a argumentação genérica do agravante acerca dos supostos pontos omissos, incide a Súmula 284/STF.

**- Da fundamentação deficiente**

Da mesma forma, os argumentos invocados pelo agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 11 e 489, II, III, §1º, I, II, IV e VI, do CPC/15, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

**- Do reexame de fatos e provas**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à conclusão acerca da culpa para ocorrência do acidente, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

**- Da divergência jurisprudencial**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Ademais, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente também impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp n. 821.337/SP, Terceira Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp n. 964.391/SP, Terceira Turma, DJe de 21/11/2016.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da condenação (e-STJ, fls. 1158/1159) para 12%, observada a gratuidade da justiça já concedida em favor do primeiro agravante (e-STJ, fls. 1159).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora